

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI EXECUTIVO Nº 001/2026

EMENTA: Projeto de Lei do Poder Executivo que autoriza a contratação Emergencial de Servidor para a Secretaria de Educação e dá outras providências.

DO OBJETO: Submete-se a análise do Procurador Legislativo o Projeto de Lei nº 001/2026, que solicita autorização legislativa para contratação temporária de 01(um) Professor de Libras, para atuar na sede do Município, sendo importante ressaltar que trata de RENOVAÇÃO de contratação emergencial pré-existente, que se torna indispensável para a Secretaria de Educação do Município de São Jerônimo.

DA COMPETÊNCIA E DA INICIATIVA

O projeto em análise observa a competência legislativa municipal, nos termos do art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo para dispor sobre organização e o funcionamento da administração municipal, conforme disciplina o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

Não há, portanto, vício formal de iniciativa.

DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE

Não se identifica, em tese, afronta a princípios constitucionais como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da Constituição Federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este procurador legislativo, manifesta-se favoravelmente à tramitação e aprovação do presente Projeto de Lei nº 001/2026, porquanto formal e materialmente compatível com o que disciplina o art. 37, inciso IX da Constituição Federal, inexistindo óbices jurídicos à sua aprovação.

É o parecer

São Jerônimo, 12 de janeiro de 2026.

Hamilton Ferreira Anselmo

Procurador Legislativo

OAB/RS 54.004

EMENTA: Projeto de Lei do Poder Executivo que
autoriza e contratação Emergencial de Servidor para
a Secretaria de Educação e das outras providências.

DO OBJETO: Submetem-se a análise do Procurador Legislativo o Projeto de Lei nº
001/2026, que solicita autorização legislativa para contratação temporária de 01 (um)
Professor de Libras, para atuar na sede do Município, sendo importante ressaltar que
trata de RENOVACÃO de contratação emergencial pré-existente, que se trata
indistintamente para a Secretaria de Educação do Município de São Jerônimo.

DA COMPETÊNCIA E DA INICIATIVA

O projeto em análise observa a competência legislativa municipal, nos termos do art.
30, incisos I e II, da Constituição Federal, bem como a iniciativa privativa do Chefe do
Poder Executivo para dispor sobre organização e o funcionamento da administração
municipal, conforme disciplina o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

Não há, portanto, vício formal de iniciativa.

DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE

Não se identifica, em tese, afronta a princípios constitucionais como igualdade,
impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme artigo 37 da
Constituição Federal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, este procurador legislativo manifesta-se favoravelmente à
transmissão e aprovação do presente Projeto de Lei nº 001/2026, porquanto formal e
materialmente compatível com o que disciplina o art. 37, inciso IV, da Constituição
Federal, existindo, à luz dos jurídicos, a sua aprovação.

É o parecer.